



ABORDAGEM SOBRE O CRIME DE STALKING

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Thales Da Silva De Jesus
Carla Rebeca Santos Oliveira
Vinicius Mendes Cavalcanti

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO - FACNET

Introdução

O crime de "stalking" é um comportamento obsessivo e repetitivo que ameaça, assedia ou intimida uma pessoa, podendo ocorrer pessoalmente ou eletronicamente. Previsto na Lei nº 14.132 de 2021 no Brasil, causa sérios efeitos psicológicos como ansiedade e depressão. Reconhecido como crime grave, sua prevenção exige uma abordagem multidisciplinar, com medidas legais, sociais e psicológicas. Este trabalho analisa a jurisprudência sobre "stalking", destacando suas características, impactos nas vítimas e estratégias de prevenção e combate.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a jurisprudência referente ao crime de "STALKING", também conhecido como perseguição obsessiva, destacando suas características, impactos psicológicos nas vítimas e as medidas legais e sociais para prevenção e combate a esse tipo de comportamento invasivo e prejudicial.

Material e Métodos

A revisão realizada neste trabalho é do tipo narrativa, que busca sintetizar e analisar a jurisprudência sobre o tema do crime de "STALKING" e suas implicações legais e sociais. As bases de dados utilizadas para pesquisa incluem periódicos acadêmicos, artigos científicos, relatórios governamentais e documentos legais. A pesquisa foi restrita ao período de março de 2024 a abril de 2024, com o objetivo de abranger estudos e desenvolvimentos recentes sobre o assunto, garantindo assim a relevância e atualidade das informações apresentadas.

Resultados e Discussão

A revisão destaca a gravidade do stalking e a importância de medidas preventivas e de combate. Identifica o stalking como fenômeno persistente, causando danos psicológicos sérios. A legislação reconhece sua gravidade, mas há desafios, como falta de conscientização. Estratégias incluem programas educativos, apoio às vítimas, formação de profissionais da justiça e uso da tecnologia. A abordagem multifacetada é essencial. O cyberstalking, pela internet, é uma forma preocupante. Dados revelam que mulheres são as principais vítimas, indicando a necessidade de medidas mais eficazes para protegê-las.

Conclusão

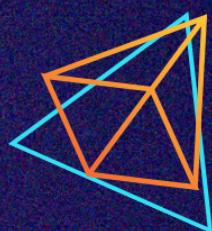


o crime de perseguição (stalking), conforme o Código Penal, com o réu considerado culpado por perseguir a vítima repetidamente, enviando mensagens, fazendo ligações e ameaçando-a fisicamente e psicologicamente no trabalho. A decisão reconheceu a intenção do réu em subjugar a vítima, especialmente pelo seu sexo feminino, e determinou uma indenização por dano moral, considerando as graves consequências, como a perda de emprego e a mudança de residência. O estudo reforça a necessidade de conscientização pública, legislações específicas, e apoio às vítimas para combater o stalking eficazmente.

Referências

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de “Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, 3ª edição atualizada, Universidade Católica Editora, 2015.
- CARVALHO, Américo Taipa de “Direito Penal Parte Geral, Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime”, 3ª edição, Universidade Católica Editora, 2016.
- CARVALHO, Mário Paulo Lage de “O combate ao stalking em Portugal: Contributos para a definição de um protocolo de intervenção policial”, Tese de Mestrado em Medicina Legal, ICBAS-UP, 2010.
- CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, “Stalking: Abordagem Penal e Multidisciplinar”, Lisboa, 2013, p.29.
- COSTA, José de Faria, “Noções fundamentais de direito penal (Fragmenta iuris poenalis)”, 4ª edição, Coimbra Editora, 2015.
- COELHO, Cláudia, Gonçalves, Rui Abrunhosa de, “Stalking: Uma outra dimensão da violência conjugal”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 17 (2007).

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera